

## 308 votos



### ESGOTOU

O presidente Michel Temer. Diante das dificuldades, a reforma pode ficar para fevereiro

*308 é a meta desejada – e hoje ainda muito distante*

Débora Bergamasco, Mateus Coutinho e Patrik Camporez

O presidente Michel Temer serpenteava entre as rodas de convidados espalhadas pelo amplo salão do Palácio da Alvorada durante o jantar oferecido na quarta-feira, dia 6, aos líderes das bancadas do Congresso e presidentes de partido

para atualizar o placar de votos a favor da reforma da Previdência. Ao se aproximar do grupo em que estava o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), Temer ouviu o que se passa nos subterrâneos do Congresso – resistência à reforma e desconfiança da contabilidade oficial, vendida com otimismo durante a maior parte da semana passada. Ouviu críticas à estratégia do governo. “Presidente, a liberação dos R\$ 500 milhões para

os sindicatos e o repasse de R\$ 2 bilhões para os prefeitos deveriam ter sido condicionados à aprovação do texto da reforma”, disse um influente deputado. “Agora que eles já foram atendidos, o efeito pode ser inócuo.” Esfregando uma mão sobre o dorso da outra e alternando a de cima com a de baixo sucessivamente, Temer ouvia as queixas. Limitou-se a balbuciar: “Mas convenhamos... convenhamos...”.

Durante a maior parte da semana, o governo vendeu otimismo. A adesão à reforma da Previdência avançava, de acordo com informações saídas do Palácio do Planalto, fosse por meio dos ministros Eliseu Padilha, da Casa Civil, e Moreira Franco, da Secretaria-Geral da Presidência, fosse por outros assessores. A partir da quinta--feira, dia 7, no entanto, o clima recrudescceu. De manhã, Maia participou de uma teleconferência com investidores, gente do mercado financeiro. Deu a eles um parecer sincero, de que o governo não tinha votos suficientes para colocar a reforma em votação nesta semana, no dia 13, como se esperava. O choque de realidade fez a turma do mercado financeiro realizar seu pessimismo em negócios. O dólar subiu 1,7%, a maior alta desde maio, e as taxas de juro futuras aumentaram, dois sinais de quem joga à espera do pior. Na tarde da quinta-feira, o adiamento se concretizou. Temer e Maia





combinaram de colocar o texto em votação na última semana de trabalho do Congresso no ano, entre os dias 18 e 22. “Essa agenda não vai desaparecer. Ou a gente vota isso ou o Brasil vai caminhar para a quebraadeira”, disse Maia.

Não por acaso, o período coincide com a deliberação sobre o Orçamento de 2019. Deste modo, há uma garantia de quórum. Deputados não deixam de votar o Orçamento – se o fizerem, o governo funciona precariamente. Ao amarrar as duas votações, o governo reduz o risco de deputados fugirem do plenário na hora decisiva. Aos deputados, a ideia agrada. É possível amarrar o voto num tema polêmico com a garantia das benesses prometidas no Orçamento ali, na hora. Estratégia esperta, mas reveladora de desespero do Planalto. A realidade, no entanto, é um pouco pior. O governo não diz, mas trabalha com a hipótese de votar a reforma só em fevereiro do ano que vem, na volta do recesso parlamentar. Não vê chance de obter as adesões necessárias neste ano.

A reforma é uma matéria vital para o país, portanto não é trivial. São necessários 308 votos favoráveis na Câmara, em duas votações. Na quinta-feira, o próprio Temer disse a ministros que tinha 280 votos pela reforma; auxiliares palacianos, sempre mais otimistas, falavam em 290; líderes partidários, pessimistas por conveniência, diziam que eram 270. Para tentar elevar esse placar até ao menos 320 e, assim, ter margem mínima de segurança para não perder graças àqueles que traem



#### EFEITO

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia. A sinceridade sobre a reforma deixa o mercado nervoso

ou fogem, o Planalto calcula que ainda precisa convencer cerca de 50 deputados. É muita gente.

Em outro momento, bastaria ao Executivo lançar mão da arte que domina e que o Congresso adora, a do fisiologismo. Fez isso abertamente. Na semana passada, diante da ineficiência da negociação com líderes partidários, que não conseguiam convencer os deputados, o governo foi para o varejo. Os ministros Padilha e Moreira Franco e até Temer receberam deputados; o presidente fez o jantar de quarta-feira; até governadores e prefeitos foram procurados.

Contudo, a fonte do fisiologismo e o método das lideranças está esgotado. “De modo geral, a base se sente exaurida. Especialmente a

da Câmara foi muito carregada neste ano”, diz o líder do PP na casa, deputado Arthur Lira. “A Câmara entregou as aprovações da PEC do teto de gastos, a reforma do ensino médio, a trabalhista, a pauta da terceirização e duas denúncias contra Temer.” Líder do centrão, o grupo que reúne cerca de 140 parlamentares bem apegados ao fisiologismo, Lira dá a senha: depois de salvar o mandato de Temer das duas denúncias criminais apresentadas pelo ex-procurador-geral Rodrigo Janot, os deputados não querem mais desgaste – ou querem mais benefícios para se desgastar. Muitos deles ainda não receberam os recursos prometidos por sua “fidelidade” ao presidente. O tempo é propício a tudo. Até deputados que perderam cargos no governo por terem votado contra





Temer na batalha contra Janot, agora os pedem de volta em troca do voto favorável à reforma.

Sobrou ao governo lançar mão da criatividade financeira. No dia 22 de novembro, o presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, levou 2 mil prefeitos a Brasília para pleitear R\$ 4 bilhões para pagar o 13o em vários municípios. Coube a Dyogo Oliveira, ministro do Planejamento, dizer “não” a Ziulkoski. Porém, os prefeitos saíram com a promessa de receber, ainda neste ano, um auxílio de R\$ 2 bilhões e, se aprovada a reforma, R\$ 3 bilhões extras no Orçamento de 2019. “Disseram que a gente está se vendendo por R\$ 2 bilhões. Isso é humilhante”, diz Ziulkoski, irritado. “Uma coisa não tem nada a ver com outra. É como gestores públicos que acreditamos na reforma previdenciária. Logicamente, vamos aproveitar essa situação em que podemos pressionar os deputados e tirar uma contrapartida para a sociedade.”

Em um movimento para tentar sinalizar a força do governo, o PMDB fez na quarta-feira uma reunião de sua Executiva Nacional com a bancada na Câmara para fechar questão pelo voto a favor da reforma. Na prática, “fechar questão” significa que os deputados que votarem diferente do combinado podem ser punidos. Os deputados

do PMDB contavam que teriam 80% dos 60 votos a favor da reforma. O partido decidiu fechar questão. Mas os detalhes nas frases mostram que esse compromisso não é firme. “É um fechamento de questão com punição”, disse o presidente do partido, senador Romero Jucá. “O que nós não fizemos foi dizer que tipo de punição será, para não parecer que é uma ameaça feita aos deputados e deputadas do PMDB.” Simples: se não foi fixado um preço a pagar por quem desobedecer a ordem, a ordem pouco vale. É óbvio que o PMDB não punirá quem votar contra a reforma.

Na dura matemática do Planalto pesa, sobretudo, a situação de três siglas: o PSD, o PR e o PSDB. Juntas, somam 121 votos. Todos operam a Previdência como instrumento para a eleição de 2018. O PSD tem cobrado do Planalto um apoio mais contundente a seus candidatos, em especial que, aos poucos, assumo o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, como representante do governo na disputa. O ministro das Comunicações, Gilberto Kassab, dono do PSD, nega. “A reforma da Previdência chega num momento de evidente desgaste político da base e do próprio Parlamento”, afirma o deputado Rogerio Rosso. “Muitos entendem a importância, porém defendem que essa discussão entre na pauta da eleição de 2018. A

reforma está no timing errado do ponto de vista político e correto do ponto de vista fiscal. Resolver essa equação é o grande desafio.” Como o PP de Artur Lira, Rosso quer dizer que o PSD já fez muito ao livrar Temer da degola. O PR, de Valdemar Costa Neto, um habilidoso jogador, confidenciou a uma liderança da Câmara que faz “jogo de cena” com o Planalto, pois não acredita que o tema seja votado.

O PSDB é o caso mais complicado. O Planalto conta com apenas 15 votos dos tucanos; os mais otimistas falam de 20 a 25 votos favoráveis à reforma, numa bancada de 46, que até ontem tinha quatro ministros no governo. O PSDB tem uma questão de sobrevivência política simples: se aprovar a reforma, injeta no mercado otimismo em relação ao futuro da economia, o que pode melhorar a vida de Temer. O presidente pode recuperar força e se tornar um ator importante na campanha de 2018. O PSDB tem candidato à Presidência – provavelmente o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin – e não se interessa nem um pouco em reerguer Temer do atual patamar de impopularidade. Aos tucanos interessa adiar a reforma, ganhar tempo para si e contra Temer. Muitos jantares e fisiologismo ainda serão necessários.





## **MUITA OFERTA, POUCOS VOTOS**

Mesmo com prebendas, o governo tem dificuldades para angariar apoio

### **AMBULÂNCIAS**

QUEM APOIAR A REFORMA PODERÁ INDICAR MUNICÍPIOS QUE RECEBERÃO OS VEÍCULOS. HÁ R\$1 BILHÃO RESERVADOS PARA AS COMPRAS

---

### **PARCELAMENTO DE DÍVIDAS**

O GOVERNO DEU AVAL PARA NOVOS PROGRAMAS DE PARCELAMENTO DE DÍVIDAS PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO SETOR RURAL. VAI DEIXAR DE ARRECADAR R\$ 10 BILHÕES

---

### **AGRADOS A ESTADOS E MUNICÍPIOS**

PREFEITOS E GOVERNADORES RECEBERÃO R\$ 1,9 BILHÃO COMO COMPENSAÇÃO POR “PERDAS” COM A LEI KANDIR. O PLANALTO PODE AMPLIAR ESSE VALOR

---

### **EMENDAS**

DECRETO DE TEMER AUMENTOU EM R\$ 600 MILHÕES O VALOR DISPONÍVEL PARA GASTAR COM EMENDAS DE PARLAMENTARES AO ORÇAMENTO. O GOVERNO EMPENHOU R\$ 4 BILHÕES EM EMENDAS EM JUNHO E JULHO PARA SALVAR O MANDATO DO PRESIDENTE

## R\$331 bilhões

*Serão economizados pelo governo até 2025, se a proposta atual de reforma da Previdência for aprovada neste ano*

Luis Lima

O governo brasileiro encerra 2017 torrando dinheiro como se fosse o fim dos tempos. Gasta como um novo-rico sem noção, destinado a cair na pobreza. Essa trajetória resulta de muitos fatores e decisões ruins acumuladas ao longo de vários governos, mas uma distorção evidente a aumentar o problema é quanto o país gasta com aposentadorias e benefícios. Hoje, esses tópicos deixam apenas 43% do gasto público para outras áreas. Sem uma reforma da Previdência, até 2026 eles continuarão a devorar parcela maior da despesa pública, até deixarem apenas 20% para todo o resto, pela projeção do Ministério da Fazenda. O economista brasileiro Otaviano Canuto, diretor executivo no Banco Mundial, acompanha de perto as contas de vários países latino-americanos e chega ao mesmo diagnóstico: o problema não se resolverá com remendos orçamentários. Quanto mais cedo a reforma for feita, melhor. Quanto mais for adiada, mais prejudicará o cidadão.

O teto de gastos, que limita o crescimento das despesas do governo, pode ser descumprido já em 2019 se nada for feito até lá,

prevê o Itaú Unibanco. “Já vemos o governo cortando investimento. E vai precisar reduzir todo o gasto. O exemplo dos passaportes (cuja produção foi interrompida por um mês neste ano) foi anedótico. Teremos problemas em outras áreas e a população vai sentir isso”, diz Nelson Marconi, professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP). O mecanismo do teto, que proíbe que o gasto avance em ritmo superior à inflação do ano anterior, foi a primeira vitória da equipe econômica chefiada pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. Mas, se a Previdência continuar a ocupar mais espaço no orçamento público, sacrificará outras áreas (a Previdência brasileira é muito mais custosa, em relação ao orçamento público e ao PIB, que a de países com perfil demográfico semelhante).

Os principais cortes deverão atingir investimentos, como em infraestrutura, e áreas com mais verba, como saúde e educação. Quem depende mais de serviços públicos sofrerá mais. “Voltará ao debate o fantasma do shutdown (paralisação) da máquina pública”, diz Marconi. O país pode sofrer o que já enfrentam estados superendividados, como Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul: colapso da segurança pública, não pagamento de terceirizados em instituições de ensino superior e parcelamento de salários de

funcionários públicos. E esse não será o único tipo de efeito a se abater sobre nós.

Por causa do gasto público em disparada, a cada mês bate-se um novo recorde de dívida pública brasileira. Não há, no momento, nem expectativa de colocá-la sob controle. Torna-se mais fácil perceber o perigo nessa ganância se nos compararmos com algumas outras nações que vêm administrando melhor os números.

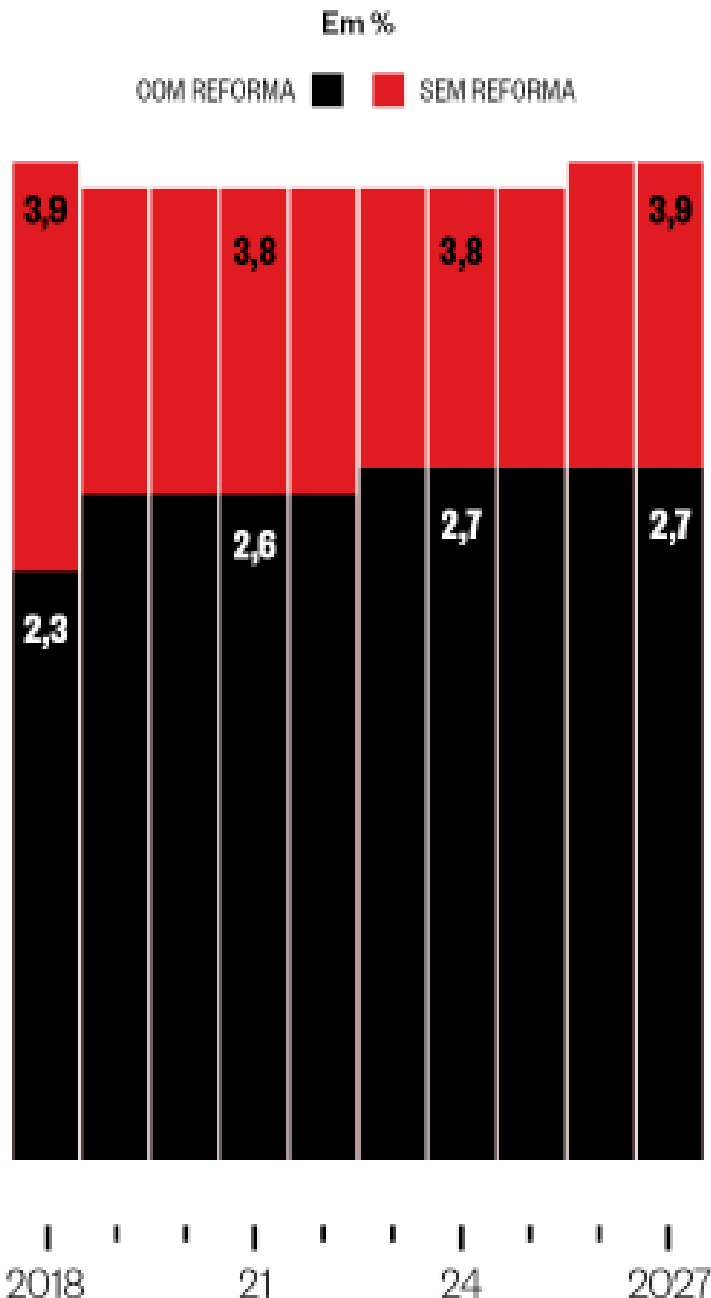
Nossa dívida pública saltou de 63% do Produto Interno Bruto (PIB) em maio do ano passado, quando o presidente Michel Temer assumiu o cargo interinamente, para 74% em outubro deste ano, dado mais recente divulgado pelo Banco Central. Só economias desenvolvidas costumam administrar bem dívidas acima desse nível. Afastamo-nos muito da média das economias em desenvolvimento, de 48%, no cálculo do Fundo Monetário Internacional (FMI), e de vizinhos como México (53%), Colômbia (49%) e Chile (25%). Se o país não conseguir reformar seu sistema de aposentadorias e benefícios, esse indicador deverá ultrapassar os 100% do PIB em 2022. “(A dívida bruta em) 100% do PIB, em um cenário de país emergente, não é a mesma coisa que em países que têm renda per capita muito elevada. A dívida não pode ir para 100% porque não temos como sustentar”, alertou o ministro do





## CRESCIMENTO DE BENEFICIÁRIOS

A diferença no número de cidadãos a depender da Previdência se manifestará rapidamente



Fontes: Itaú Unibanco e Paulo Tafner, economista, especialista em Previdência

ÉPOCA

Planejamento, Dyogo Oliveira, na quinta-feira, dia 7. O que o ministro tenta resumir, neste “não temos como sustentar”, é o seguinte: o governo brasileiro precisa tomar empréstimos o tempo todo. Se a dívida explode, alguns emprestadores se afastam e os que ficam passam a cobrar juros cada vez maiores. O governo deixa de conseguir planejar seus gastos e investimentos. Isso provoca um efeito em cadeia destruidor. Não que o tamanho da dívida, sozinho, defina o destino de um país. Em 2010, os economistas Carmen Reinhart e Kenneth Rogoff avaliaram os efeitos de dívidas públicas superiores a 60% e a 90% do PIB. Atualmente, o consenso entre os economistas é que o nível da dívida importa menos que sua trajetória. E a trajetória da dívida brasileira preocupa muito.

O aumento dessa dívida pressiona os juros para cima – como no mercado em geral, quem está mais desesperado por dinheiro tem de se submeter a pagar juros mais altos. Se a situação se agravar, atingirá o país num momento péssimo. Na quarta-feira, dia 6, a taxa básica de juros caiu pela décima vez seguida, para 7%, a menor desde 1986. Juros menores incentivam o consumo, a produção e as contratações. Trata-se de um catalisador necessário para uma economia que apenas começa a crescer, após a mais profunda e longa recessão da história, entre 2015 e 2016. A desconfiança crescente se mostra em números. Em evento em São Paulo, em novembro, o secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Mansueto Almeida, disse que apesar de os juros futuros sinalizarem queda para abaixo de



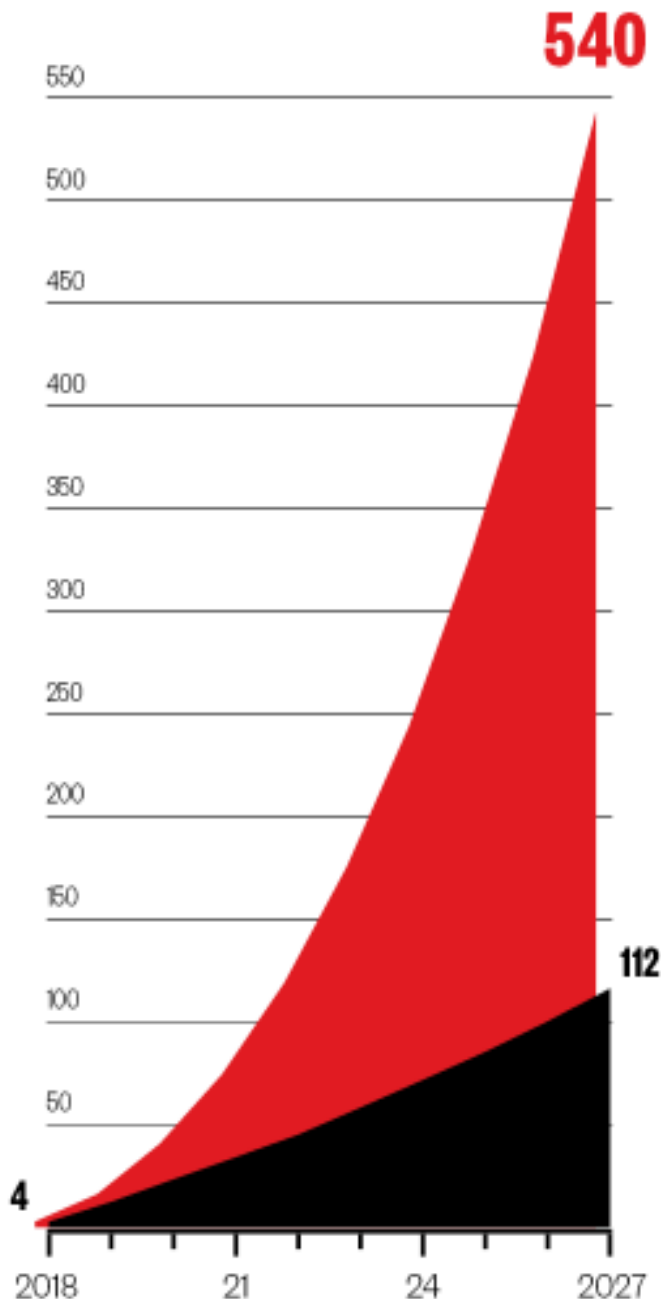


## ECONOMIA PREVISTA

Se for aprovada no formato atual, em dez anos a reforma poupará R\$ 542 bilhões aos cofres públicos

Em R\$ bilhões

ECONOMIA ANUAL ■ ACUMULADO ■



Fontes: Itaú Unibanco e Paulo Tafner, economista especialista em Previdência

ÉPOCA

7% no começo de 2018, a taxa em 2020 pode ficar acima de 10%. O economista Paulo Tafner, especialista em Previdência, projeta que, sem a reforma, em três anos os juros vão a 9,25% e a inflação a 4,5% – o gasto público alimenta a alta de preços. “Não aprovar a reforma é tudo que não queremos, nem precisamos. Se submetermos a economia a esse estresse, o país dará sinal de que não tem compromisso de conter a trajetória crescente da dívida sobre o PIB. Em reação, a atividade econômica arrefece”, diz.

Para quem depende de salário, torna-se mais difícil consumir e planejar o futuro com juros e inflação em alta. Para quem produz, esse cenário dificulta investir e contratar. Para o emprestador de dinheiro a governos, o adiamento da reforma para 2019 (quando assumirá o próximo presidente da República) levanta suspeitas sobre o futuro do Brasil. O país se expõe a um possível novo rebaixamento da nota de crédito, como admitiu na semana passada Moritz Kraemer, chefe da área de avaliação de governos na agência de classificação de risco Standard & Poor's. Lembremos que o debate atual ocorre num momento de bonança global, com capital abundante e as maiores economias em situação tranquila. Não convém nunca confiar na permanência dessa situação.

Podem-se questionar pontos da reforma ora proposta pelo governo Temer. Ela foi alvo de críticas de entidades da sociedade civil, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos





## BIFURCAÇÃO À FRENTE

O cenário econômico sem reforma já se mostra bem pior a partir de 2018

Em %

|                             | COM REFORMA |      | SEM REFORMA |      |
|-----------------------------|-------------|------|-------------|------|
|                             | 2018        | 2019 | 2020        | 2021 |
| DÍVIDA BRUTA <sup>(1)</sup> | 75          | 76   | 82          | 87   |
| JURO BÁSICO                 | 6,75        | 8,25 | 6,75        | 9,25 |
| INFLAÇÃO                    | 3,5         | 4,1  | 3,8         | 4,5  |
| DESEMPREGO                  | 8,6         | 9,4  | 6,8         | 8,1  |

(1) Em % do PIB

ÉPOCA

Socioeconômicos (Dieese). Ninguém que faça as contas, porém, tem como refutar a necessidade de mudar o sistema de aposentadorias e benefícios.

Entre os apoiadores da reforma, prevalece a constatação de que aprová-la é condição necessária, mas não suficiente a fim de preservar espaço para as outras despesas e investimentos, assim como estabilizar a dívida pública. Sozinha, a reforma da Previdência representa menos de um quarto do esforço necessário para o ajuste fiscal necessário,

levando-se em conta o teto de gastos. Mostram-se muito relevantes outras medidas, como manter o salário mínimo real constante (ou seja, sem ganho acima da inflação, ao menos por enquanto) e não dar reajustes aos funcionários públicos. A situação é grave. “Todos podemos ser afetados, com o risco de não pagamento de retornos financeiros e benefícios no futuro”, diz Tafner. É essencial que o tema não esfrie – e que, em 2018, candidatos que queiram ser levados a sério expliquem como ajustarão as contas públicas.







## ECONOMIA PERDIDA

Ao longo de 2017, a proposta do relator Arthur Maia (PPS-BA) perdeu 34% de seu potencial de contenção de gasto. Eis o impacto de cada recuo em 2025

Valores em % do PIB

- PROPOSTA ORIGINAL
- PARECER DO RELATOR
- PROPOSTA ATUAL

### MEDIDA



**Idade mínima +  
regra de transição**

**1,4**

**1,0**

**0,85**

*62 anos (mulher) e 65  
(homem) + pedágio de  
30% para o tempo que  
falta para aposentar*

---

**Valor da  
aposentadoria**

**0**

**0,1**

**0,1**

*60% da média dos salários  
com aumento escalonado até  
40 anos de contribuição*





**Previdência rural**

**0,3      0,1      0,1**

*Previa o fim da aposentadoria rural especial e reoneração de exportadores*

---

**Pensões por morte**

**0,2      0,15      0,15**

*Proibição de acúmulo para novos entrantes acima de dois salários mínimos se manteve*

---

**Benefício de Prestação Continuada (BPC)**

**0,1      0,05      0**

*Proposta original era aumentar a idade de acesso de 65 para 68 anos*

---

**Servidores públicos**

**0,1      0,2      0,2**

*Equaliza regras com o INSS, como a idade mínima e tempo de contribuição mínimo*

---

**TOTAL**

**2,1**

**1,6**

**1,4**





## COMO AJUSTAR?

No curto prazo, reformar a Previdência já representa mais de um quinto do ajuste das contas públicas. No longo prazo, o efeito aumenta

Contribuição (em %) para respeitar o teto de gasto em 2025

**23**

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

**21**

SALÁRIO MÍNIMO REAL CONSTANTE





**19**

**REAJUSTE ZERO PARA FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS<sup>(1)</sup>**

**14**

**DESPA DISCRICIONÁRIA REAL CONSTANTE**

**6**

**FIM DO ABONO SALARIAL**

**6**

**FIM DA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTOS**

**6**

**NÃO RENOVAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DO PSI E FIES**

**5**

**REFORMA DO SEGURO-DESEMPREGO**





## **GASTO DESCONTROLADO**

A PREVIDÊNCIA RESPONDE  
POR MAIS DA METADE DA  
DESPESA DO GOVERNO - E O  
PERFIL DA POPULAÇÃO AINDA  
VAI ENVELHECER

---

## **DÍVIDA CRESCENTE**

A DÍVIDA DO GOVERNO CRESCE  
RÁPIDO, POR FATORES DIVERSOS,  
COMO JUROS ALTOS - E A  
PREVIDÊNCIA

---

## **DÍVIDA EM NÍVEL PERIGOSO**

ALÉM DE CRESCE RÁPIDO, A DÍVIDA  
É ALTA E CHEGARÁ A UM NÍVEL  
DIFÍCIL DE ENCONTRAR ENTRE  
PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS COMO  
O BRASIL. O PAÍS SE COLOCARÁ  
NUMA SITUAÇÃO VULNERÁVEL

---

## **BATENDO NO TETO**

GASTO E DÍVIDA CRESCENTES  
RESSIONARÃO O GOVERNO A CORTAR  
EM OUTRAS ÁREAS, PARA CUMPRIR  
O LIMITE IMPOSTO PELO TETO DE  
GASTOS. PERDEREMOS EM SAÚDE,  
EDUCAÇÃO E SEGURANÇA





---

## **DÚVIDA NO MERCADO**

O GOVERNO TERÁ DE OFERECER JUROS  
MAIS ALTOS, SE FOR VISTO COMO  
POTENCIAL CALOTEIRO

---

## **PERIGO EXTERNO**

NUM CENÁRIO GLOBAL CALMO, O  
BRASIL PODE OBTER EMPRÉSTIMOS  
FACILMENTE. E QUANDO VIER A  
PRÓXIMA CRISE?

---

## **JUROS E INFLAÇÃO DEIXAM DE CAIR**

A PERCEPÇÃO DE RISCO ALTO DE  
CALOTE ELEVA JUROS. GASTO PÚBLICO  
ELEVADO ALIMENTA A INFLAÇÃO

---

## **MENOS CONSUMO E EMPREGO**

COM JUROS ALTOS E MERCADO  
INSEGURO, OS CIDADÃOS DEIXAM DE  
COMPRAR E CONTRATAR. FICA  
DIFÍCIL CRIAR EMPREGOS

# Reforma da Previdência já

*O presidente Temer altera a rotina do poder em Brasília no último esforço em busca dos votos necessários para a aprovação da reforma da Previdência. O Brasil não pode protelar mais*

**COMO DEVEM VOTAR OS DEPUTADOS DA CÂMARA**

**A FAVOR**

- PMDB 40
- PRIVANTE 52
- PP 37
- DEM 29
- PT/PROS/PAL/PP 26
- PSC 22
- SD 14
- PBC 11
- PSB 8
- PS 6
- PSD 1

**CONTRA**

- PT 87
- PSB 33
- PDT 21
- PCO 12
- PSD 7
- PSD 6
- REDE 4

**DIVIDIDO**

- PMDB 44
- PSB 30
- PROS 16

**LÍDERES DAS BANCADAS QUE VOTAM CONTRA A REFORMA**

- DEP - CARLOS ZANETTI 37 deputados
- DEP - WEVERTON ROCHA 21 deputados
- DEP - RUIZ PRINHAL 12 deputados
- DEP - ELAINE BRAGA 6 deputados
- DEP - MÁRCIO MENEZES 4 deputados

**EM CIMA DO MUNDO**

- DEP - RICARDO TRIVELATO 46 deputados
- DEP - MARCOS MENDES 36 deputados

**A CÂMARA POSSUI 513 DEPUTADOS**

**308 É O NÚMERO DE VOTOS NECESSÁRIO PARA APROVAR A REFORMA**

Tábata Viapiana


Para retomar o crescimento depois de superar a maior recessão econômica da sua história, o Brasil precisa aprovar, sem mais delongas, a reforma da Previdência. É imperativo que o texto receba a anuência do Congresso, de maneira urgente e inadiável, sob o risco do colapso do sistema. A situação atual é insustentável. O prejuízo aumenta a cada ano, consumindo parte do Produto Interno Bruto e tornando impossível o equilíbrio das contas públicas. Em 2017, o déficit pode

chegar a R\$ 188,8 bilhões, segundo cálculos do governo Michel Temer. O horizonte da maioria dos brasileiros, o destino da economia do País –, que já dá sinais mais do que nítidos da recuperação, depois de 13 anos de barbearagens e populismo econômico, – encontra-se nas mãos do Congresso Nacional. É, mais do que nunca, o momento de as vossas excelências serem chamadas à razão. São necessários 308 votos, de 513. Ou seja, 2/3 dos integrantes da Câmara. Na última semana, o governo contabilizava 290 votos – restando, portanto, 12

parlamentares favoráveis ao texto. A maior parte pode derivar do PSDB, que ainda relutava nos últimos dias a fechar questão em torno do tema, contrariando constrangedoramente suas bandeiras históricas. A votação está marcada para o dia 18. Não é hora de arroubos oportunistas nem de rasgar convicções, em favor de conveniências eleitorais.

Para se ter uma idéia do tamanho do problema, em 2022, gastos com aposentadoria e benefícios para idosos pobres representará 58% das despesas





primárias do governo em 2022. Hoje, o percentual é de 47%. E a população está envelhecendo, o que aumentará o rombo. Atualmente, há 26 milhões de idosos. Em 2060, o número deve saltar para 73 milhões. Se a reforma não for adiante, em 2060 o déficit da Previdência será de nada menos do que R\$ 8,9 trilhões. Um estudo do Banco Mundial revelou dados ainda mais alarmantes sobre o sistema previdenciário do País. Concluiu que o modelo atual contribui para o aumento da desigualdade. O déficit é, também, o maior obstáculo ao ajuste das contas públicas. Segundo o levantamento da instituição, 4% do PIB do Brasil são destinados a despesas previdenciárias com servidores públicos. Além disso, há outra grande injustiça no sistema: 35% dos recursos vão para os 20% mais ricos, enquanto apenas 18% vão para os 40% mais pobres. “A reforma da Previdência é necessária não só para reduzir os custos fiscais, mas também para tornar o sistema previdenciário mais equitativo”, diz o Banco Mundial. Para reequilibrar a Previdência, o estudo sugere algumas medidas, tais como corrigir o piso das aposentadorias apenas pela inflação e não pelo reajuste do salário mínimo e aumentar a contribuição previdenciária dos servidores públicos que ganham acima do teto do INSS.

#### O futuro dos idosos

Para piorar o quadro já alarmante, o perfil da população

## PRINCIPAIS PONTOS DA REFORMA

▶ Idade mínima para se aposentar de 62 anos para mulheres e 65 anos para homens

▶ Servidores públicos terão o mesmo teto de aposentadoria que os trabalhadores do setor privado, que hoje é de R\$ 5.530,00

▶ Tempo mínimo de contribuição de 15 anos na iniciativa privada e de 25 no serviço público. Para receber o benefício na íntegra, serão necessários 40 anos de contribuição

▶ O cálculo da pensão por morte é de 50% do benefício e mais 10% por dependente. Será possível acumular aposentadoria e pensão, desde que os valores, somados, não passem de dois salários mínimos

▶ Transição começará aos 53 anos para mulheres e 55 para homens, com aumento de um ano a cada dois, a partir de 2020. Os trabalhadores terão que pagar uma taxa de 30% do tempo que falta para completar 35 anos de contribuição

que esteja no poder a partir do janeiro de 2019, para que adiar mais? Como a corda sempre arrebenta para o lado dos mais frágeis, o peso de uma eventual reprovação da matéria em plenário não recairá sobre os políticos, mas sobre os ombros de jovens recém-entrados no mercado de trabalho. “O Tesouro Nacional divulgou dados da Secretaria de Previdência, projetando um déficit para as próximas gerações de R\$ 14 trilhões. Vamos ver vários estados entrando em calamidade pública”, alertou Pedro Neri. Segundo Paulo Tafner, economista, professor da Cândido Mendes e pesquisador da FIPE-USP, os estados enfrentam uma situação calamitosa porque a Previdência dos servidores públicos acabou consumindo parcelas crescentes do orçamento. No Rio de Janeiro, por exemplo, 2/3 do total do déficit orçamentário deve-se ao rombo da Previdência. “Criamos um mecanismo de transferir dinheiro do pobre para aquele que não é pobre”, afirma Tafner. O professor apresentou mais dados assustadores: das 26 capitais do país, 15 estão em déficit previdenciário, três em equilíbrio precário e oito em superávit, que não deverá durar muito tempo.

Para conseguir ser aprovada na Câmara, a reforma proposta pelo governo Temer foi enxugada. Mesmo assim, propõe medidas fundamentais para reequilibrar o setor. A principal delas é a equiparação de regras, ou seja, os servidores públicos terão o mesmo teto de aposentadoria que os trabalhadores do setor privado.





## EVOLUÇÃO DO ROMBO DA PREVIDÊNCIA\*



## FUTURO SEM A REFORMA

- › Déficit da Previdência deve chegar a **R\$ 202,8 bilhões** em 2018
- › População está envelhecendo, o que aumentará o rombo. Atualmente, há **26 milhões de idosos**. Em 2060, o número deve saltar para **73 milhões**
- › Se a reforma não for feita, **em 2060** o déficit da Previdência será de **R\$ 8,9 trilhões**
- › Pode haver alta dos juros, impacto no crescimento da economia e aumento da dívida bruta do governo
- › Dívida brasileira, que hoje é de **74,4% do PIB**, poderá chegar a **100% em 2021**

Hoje, o teto do INSS é de R\$ 5.530,00. “Temos uma reforma que é fundamental para alcançar um ambiente macroeconômico arrumado para manter a inflação, sem prejudicar o ambiente produtivo. É uma agenda justa e essencial para melhorar distribuição de renda”, avaliou Zeina Latif, economista-chefe da XP investimentos. Outra medida importante é o tempo mínimo de contribuição: 15 anos na iniciativa privada e 25 no serviço público. É um ponto nevrálgico para combater uma das maiores desigualdades do modelo atual, que é perverso com os mais pobres, exatamente aqueles com mais dificuldade para atingir o tempo mínimo de contribuição.

O governo envidou todos os esforços possíveis para convencer os deputados sobre a importância da aprovação do texto. Nos últimos dias, o presidente Michel Temer alterou a rotina do poder: atrás dos

votos necessários promoveu rodadas de jantares, encontros e cafés da manhã com os parlamentares. Mobilizou governadores e prefeitos. O governo chegou a abordar deputados por aplicativos de troca de mensagens. Pelo Whatsapp, o Planalto enviou um panfleto, batizado de “votar certo, deu certo”, para desmistificar o estigma de que votar a favor da Previdência pode prejudicar os parlamentares em 2018. O texto traz dados sobre a última reforma da Previdência, realizada por FHC. Na ocasião, 69% dos deputados que votaram a favor da proposta foram reeleitos em 1998. Entre os que votaram contra, apenas 50% conquistaram um novo mandato.

O que será de um País sem recursos para pagar os benefícios aos seus aposentados? Os jovens de hoje é quem irão pagar a conta futura

Enquanto a conta dos 308 votos não fecha, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) atua no sentido de segurar a proposta, ou seja, trabalha para postergar a votação até que a situação seja favorável à aprovação da reforma. “Nosso papel é tentar até o último dia”, disse Maia. O risco é deixar a votação para 2018, ano eleitoral, em que muitos parlamentares tendem a pensar mais nas urnas do que no futuro do País. Uma das armas utilizadas pelo governo é o perdão aos parlamentares da base aliada que votaram contra Temer na segunda denúncia apresentada por Rodrigo Janot. Suas demandas voltam com as bênçãos do Palácio do Planalto. As informações sobre os votos de cada bancada estão concentradas no líder do governo na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). No jantar no Alvorada com parlamentares da base aliada, ministros e presidentes de partidos





na quarta-feira 6, no Palácio da Alvorada, Temer foi ciúrgico: “Como vocês vão explicar para a sociedade que votaram para manter privilégios?”. Aprovar a reforma é um dever de todo parlamentar que tem espírito público. É chegada a hora de mostrar compromisso com o Brasil.



#### ABRINDO AS CONTAS

Em reuniões no gabinete presidencial, Temer expôs aos parlamentares a situação crítica do sistema previdenciário

### CORRIDA CONTRA O TEMPO

- › Para mudar a Constituição, como acontece com a Reforma da Previdência, são necessários 2/3 dos integrantes da Câmara
- › O governo diz que já contabiliza 290 votos favoráveis
- › Os 18 votos que faltam, podem ser obtidos até a semana que vem
- › O governo acha que pode chegar a 320 votos favoráveis

## Reprovação geral

Nunca foi tão alta, segundo levantamento do Datafolha, a reprovação dos brasileiros ao desempenho do Congresso Nacional. Chega a 60% o índice dos entrevistados que consideram ruim ou péssima a atual legislatura. Supera-se, dessa maneira, o recorde negativo de 56% atingido em setembro de 1993, no auge da crise inflacionária e em pleno escândalo dos anões do Orçamento. Com evidências graves de recebimento de propinas em troca de obras em redutos eleitorais, aquele episódio vai caindo no esquecimento — e empalidece diante das revelações da Lava Jato. Crise tão aguda de representatividade política como a atual não tem, como se sabe, perspectiva de rápida solução.

Com suas conhecidas distorções, o sistema eleitoral em vigor distancia o eleitorado dos candidatos a cargos proporcionais, que se oferecem aos milhares em cada pleito. A adoção do voto distrital misto, sempre cogitada mas nunca vencedora nas iniciativas de reforma política, seria passo importante para corrigir esse problema. Não é incomum que grande número de eleitores se esqueça do candidato a deputado em quem votou — sendo até certo ponto ilusória a impressão de que, a cada pleito, “renova-se” a composição parlamentar face ao desprestígio dos que vão deixando o cargo.

A chamada “renovação” significa pouco num sistema em que ex-prefeitos e ex-deputados, secretários municipais ou estaduais trocam frequentemente de posto, sem que a obtenção de votos deixe de passar pelos clássicos caminhos da influência oligárquica, do poder econômico, do agenciamento de favores cartoriais. Vícios que se originam, por sua vez, nas tradicionais carências de cultura política e informação que ainda se verificam no eleitorado. Talvez se possa dizer, sem exagerado otimismo, que o quadro começa a mudar.

Vastas e espontâneas manifestações de rua surgiram em junho de 2013 — e, ainda que seu ímpeto tenha arrefecido, não é razoável acreditar que tenham sido esquecidas. Ampliam-se, ademais, iniciativas da sociedade que buscam esmiuçar a atuação dos congressistas e difundir informações referentes ao exercício dos mandatos. É bem-vindo que uma opinião pública de atenções tradicionalmente concentradas no Executivo se inteire dos detalhes da vida parlamentar. O processo será longo, por certo; o desprestígio dos políticos não se confunde, ainda que o alimente, com o da democracia — e, fora desta, nenhuma solução prospera.